

# “CONVERSAS DE COZINHA”: CONSIDERAÇÕES SOBRE A SOCIABILIDADE FEMININA NUM CONJUNTO HABITACIONAL DA ZONA SUL DO RIO DE JANEIRO

SORAYA SILVEIRA SIMÕES<sup>1</sup>

## 1 INTRODUÇÃO<sup>2</sup>

Uma emoção é sempre uma “aventura coletiva”. Esse entendimento, fundamentalmente pragmático, é a base do argumento deste capítulo. Não há emoção capaz de mobilizar pessoas, seja em ações individuais ou coletivas, senão aquelas ressonantes. Do contrário, diz-se logo tratar-se de louco, profeta ou visionário aquele que sente, lembra e se mobiliza sozinho, desimpedido de qualquer comoção.

A emoção deve, assim, ser formada, esclarecida, definida, canalizada, situada para ser compartilhada, compreendida. Para isso, há procedimentos. E o próprio conceito de “sociedade” pode e deve, aqui, ser interpretado como sendo o seu conjunto.

Além de um repertório de procedimentos de formação e socialização, uma sociedade também se revela a partir de um acervo de lembranças, de uma memória coletiva que se cultua e cultiva através da arte narrativa. Esta, por sua vez, exige um público que saiba ouvir para captar os seus mais variados tempos e movimentos. E é precisamente este público, com o seu saber e as circunstâncias de sua formação, o objeto de nossa atenção. Pois quem conta uma história o faz para um ouvinte qualificado do qual se espera entender as razões do narrador.

Histórias, afinal, *mobilizam* as pessoas, lembra o jurista Wilhelm Schapp em seu estudo sobre as narrativas. “E uma história bem contada, isto é, que tenha captu-

rado a atenção imaginativa dos seus ouvintes, faz de cada um deles candidato a recontá-la”, complementam Mello e Vogel (2000), autores que reconheceram a importância do legado sobre as narrativas deixado por Schapp.

Neste processo de se contar e ouvir histórias ganha forma um tipo específico de organização social da experiência da qual “decorre o postulado segundo o qual não há nem pode haver narrativa desinteressada” (*ibid.*). A narrativa, portanto, tem sempre um destinatário que ajudará o narrador, por sua vez, a dar certos contornos, certos *modos de dizer* uma história para que esta, “suscitando a empatia, torne comunicável a experiência complexa” (*ibid.*). Para que as histórias, entretanto, alcancem esse estado ótimo de comunicação, é preciso, ainda, que saibamos o lugar e o momento mais adequado para que elas sejam contadas de maneira apropriada para a boa compreensão da audiência.

Antes *do que e por que* nos lembramos, importa, aqui, *como* nos lembramos. Com esta abordagem original, proposta por Halbwachs, em 1925, situamos a possibilidade da anamnese – e, portanto, da memória e dos sentimentos – em um quadro social, deslocando o foco de um indivíduo em particular e da sua subjetividade em direção a um sujeito que lembra e sente a partir de um dado *contexto* onde encontra as condições necessárias para o enquadramento do vivido. Ao perguntar *como* nos lembramos, restituímos à memória e à história – individual ou coletiva, tanto faz – sua mais notável potência: a já citada organização social da experiência. Aqui, lembranças, histórias e, por conseguinte, emoções dependem de seus respectivos quadros como condições incontornáveis para a produção de um passado, mas também, e sobretudo, de *modos de sentir* que se manifestam e se perpetuam no presente.

As narradoras e as ouvintes das histórias que vamos agora conhecer são parte de um contexto urbano onde seus “casos” ganham vida e sentido especial. Flexiono aqui o gênero – *as narradoras e as ouvintes* –, pois estas histórias, do modo como são contadas e interpretadas, revelam alguns dramas constitutivos do universo feminino e, mais precisamente, dessas habitantes da cidade que têm em comum não somente papéis sociais – são mães biológicas e adotivas, esposas, “mulheres”, “trabalhadoras” etc. –, mas também o endereço – o conjunto habitacional Cruzada São Sebastião do Leblon – e as experiências que ali encontram lugar.

## 2 O LUGAR

“A Cruzada”, nome como hoje chamam o Bairro São Sebastião do Leblon, foi construída nos anos 1950, às margens da lagoa Rodrigo de Freitas, pela associação católica Cruzada São Sebastião, fundada por Dom Hélder Câmara. Com o apoio dos governos municipal e federal, a iniciativa pretendia urbanizar todas as favelas da então capital federal em um prazo de dez anos e com isso fazer face à política de remoção de favelas que já se anunciava (Simões, 2008; Slob, 2002).

A favela da Praia do Pinto, extinta nos anos 1960 por obra de um incêndio, foi a primeira beneficiária das obras de urbanização da Cruzada. Hoje, cinquenta anos depois de deixarem os barracos para residirem nos apartamentos dos dez prédios, erguidos pela Cruzada entre a lagoa e a praia do Leblon, os moradores se veem ainda hoje constrangidos, em diversas situações cotidianas, por terem seu endereço associado à favela. Por conta disso, lhes negam empregos ou lhes reservam lugares subalternos. A caridade da Igreja, a responsabilidade social das empresas ou a repressão policial atualizam, a todo instante, os limites que reúnem esses moradores em uma “população”.<sup>3</sup> Os jornais de grande circulação reforçam os estereótipos veiculando notícias que têm na Cruzada um único cenário: o de batidas policiais e “reduto de bandidos” (Cf. *O Globo*, 2004). Como se não bastasse, as dívidas de IPTU, também noticiadas nas manchetes dos jornais (Ver *O Globo*, 2007 e Simões, 2008),<sup>4</sup> de tempos em tempos reacendem o fantasma da “remoção” que, entre os anos 1960 e 1970, impulsionou a maior diáspora compulsória de moradores da cidade, “removidos” das favelas, sobretudo daquelas situadas na Zona Sul do Rio, para conjuntos habitacionais situados nas periferias da cidade.

Portanto, o nivelamento condicionado pela perspectiva da *pobreza* – ainda hoje associada à ideia de favela – e, por conseguinte, da *dívida* torna indistinta, muitas vezes, a heterogeneidade existente entre os moradores da Cruzada e as relações estabelecidas entre esses e os demais moradores do bairro. Instala-se o sentimento de usurpação de suas características singulares e de todo o esforço investido cotidianamente na condução de suas vidas pessoais. Os estereótipos que pululam no imaginário urbano carioca restituem, entre os moradores da Cruzada, a ambiguidade da falsa homogeneidade, situando o complexo de relações entre vizi-

nhos, condôminos, parentes e amigos naquele sistema mais amplo, representado pelo bairro do Leblon, ou, ainda, pela Zona Sul do Rio de Janeiro.

De acordo com uma pesquisa realizada pela Companhia Estadual de Habitação (CEHAB), em 2000, 39,35% das famílias que se mudaram da favela para os apartamentos permanecem na Cruzada; 32,26% compraram o imóvel regularizado de terceiros. Do total de 71,61% de proprietários, 63,87% residem há mais de 25 anos no local. Os imóveis em situação de aluguel somam 9,03% e 15,49% é o universo das ocupações consideradas irregulares e também nestas duas últimas categorias encontram-se pessoas que viveram ou têm parentes que vieram da Praia do Pinto.

Muitas são as associações existentes no conjunto e o levantamento feito pela CEHAB mostra que 17,42% dos moradores exercem atividades no seu condomínio e/ou na Associação de Moradores; 50,70% participam de grupos religiosos, 33,80% de grupos esportivos, 5,63% de grupos recreativos e 5,63% de grupos culturais.<sup>5</sup> Nos apartamentos também são oferecidos serviços dos mais variados tipos, em sua maioria prestados por mulheres e voltados para o público feminino. Depiladoras, manicures, cabeleireiras especializadas em penteados afro, vendedoras de cosméticos, roupas, doceiras, rezadeiras e explicadoras vendem seus serviços anunciando-os em cartazes afixados nas paredes e entradas dos prédios. As pensões também estão espalhadas em quase todos os blocos, especialmente nos primeiros,<sup>6</sup> e atendem, para almoço e jantar, os trabalhadores da região. Também elas são administradas, em sua maioria, por mulheres que são auxiliadas, no atendimento e na cozinha, por parentes.

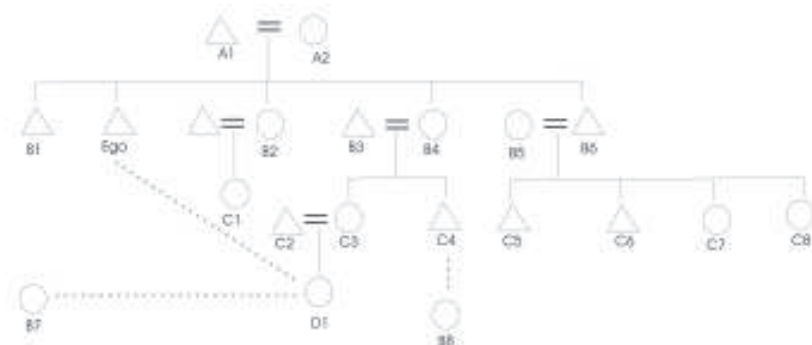
A intensidade com que as pessoas participam da vida umas das outras, seja cedendo panelas, emprestando alimentos, vendendo produtos ou prestando serviços, acolhendo em suas casas filhos, netos ou sobrinhos de parentes e vizinhos, é, por isso, significativa. Além disso, o exíguo espaço de cada unidade propicia a extensão da casa para além de suas fronteiras, fagocitando corredores e áreas adjacentes. Plantas, bicicletas, roupas, papagaios, crianças com seus brinquedos são presenças constantes nos corredores. Portas e grades nos corredores marcam as delimitações estabelecidas pelo constante uso privado de áreas comuns. Nos peitoris, tapetes estendidos e, vez por outra, um colchão para secar ao sol. As portas e janelas frequen-

temente abertas dos apartamentos permitem que o olhar vagueie das escadas e corredores dos prédios vizinhos e invada o ambiente doméstico.

Para a intensificação desse arranjo e para a configuração da ideia de *vizinhança*, outros dados também colaboram. Nas genealogias abaixo podemos ver o crescimento e a permanência das famílias nos prédios da Cruzada. Embora a estatística mostre que apenas 39,35% destas que vieram da favela tenham permanecido no conjunto, é importante ainda considerar as configurações que uma família nuclear assume, seja na sua forma estendida, seja através das adoções de filhos de vizinhos ou mesmo de senhoras de idade.<sup>7</sup> Essas redes de parentesco nos permitem não só acompanhar e remontar ponto a ponto os laços de reciprocidade que envolvem todo o circuito das trocas no local, mas também considerar com mais vagar e refletir sobre as comodidades viabilizadas pelos bens (donativos materiais e simbólicos) que circulam entre seus componentes, além de verificar como e até que ponto uma face dos conflitos da “comunidade” se articula com uma suposta transposição da moralidade privada para o gerenciamento do público.

No primeiro diagrama, vemos a concentração da família de *Ego* numa mesma unidade da Cruzada. Essa convivência em um conjugado de exíguos 18m<sup>2</sup> obriga a criar estratégias para o uso do espaço e do tempo de permanência no apartamento, tal como sistemas de rodízio para o descanso e o banho, por exemplo, além de uma separação bastante singular dos esquemas de privacidade conjugal ou mesmo celibatária.

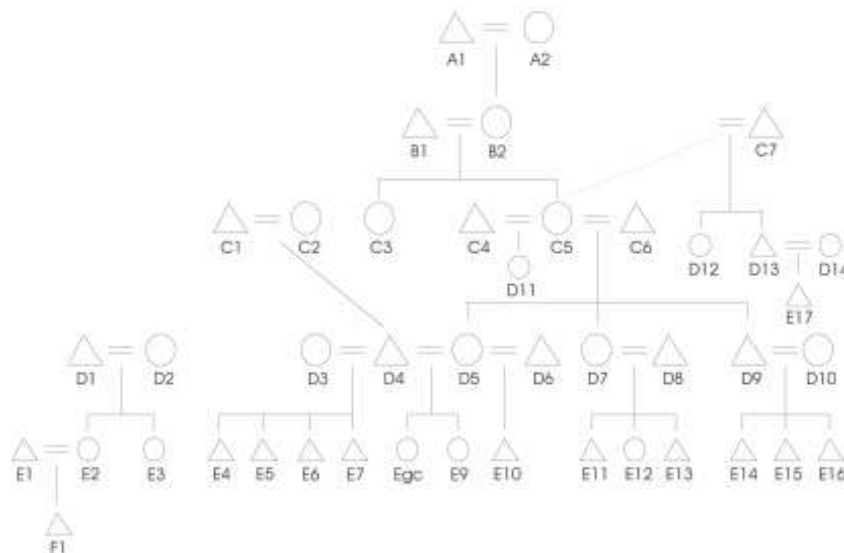
### GENEALOGIA 1



A1 avô (mora na Cidade Alta, em Cordovil)	C1 sobrinha (Bloco 7)
A2 avó (Bloco 7)	C2 marido de sobrinha (Bloco 7)
B1 irmão (falecido)	C3 sobrinha (Bloco 7)
Ego (Bloco 7)	C4 sobrinho (Bloco 7)
B2 irmã (Bloco 7)	C5 sobrinho (Bloco 7)
B3 cunhado (falecido)	C6 sobrinho (Bloco 7)
B4 irmã (Bloco 7)	C7 sobrinha (Bloco 7)
B5 cunhada (mora no exterior)	C8 sobrinha (Bloco 7)
B6 irmão (falecido)	D1 sobrinha neta (Bloco 7)
B7 (Bloco 1, madrinha de D1 junto com Ego)	
B8 (Bloco 4, madrinha de C4) <sup>8</sup>	

O segundo diagrama também apresenta grande concentração de parentes de *Ego* nos prédios do conjunto, além destes estenderem-se para as favelas próximas e encontrarem-se ainda na Zona Oeste da cidade, para onde foram transferidos outros tantos moradores da favela Praia do Pinto.

## GENEALOGIA 2



MATERNO	PATERNNO
A1 Tataravô	C1 Avô
A2 Tataravó (ficou em Minas Gerais)	C2 Avó (mora no bloco 1)
B1 bisavô	D4 Pai (mora na Rocinha)
B2 Bisavó	D2 Tia (mora no bloco 1 com as filhas E2 e E3 e o neto F1)
C3 tia-avó	E1 marido da prima (mora na Cruzada)
C5 avó (mora no bloco 7)	E2 prima (mora no bloco 1)
D5 Mãe (falecida)	F1 filho da prima (mora no bloco 1)
D7 Tia (nasceu na Cruzada)	E3 prima (mora no bloco 1)
D9 Tio (mora na Cruzada)	E4 filho do pai (mora na Rocinha)
D13 Tio (mora no bloco 7 com C5)	E5 filho do pai (Rocinha)
Ego (mora sozinha no bloco 2/410)	E6 filho do pai (Rocinha)
E9 irmã (mora no centro da cidade)	E7 filho do pai (Rocinha)
E10 irmão (mora na Cidade de Deus)	
E11 primo	
E12 prima	
E13 prima	
E14 primo	
E15 primo	
E16 primo (mora no bloco 9 com a avó materna)	
E17 prima (mora no bloco 7)	

A localização dos membros citados na segunda genealogia mostra ainda que todos moram em casas pertencentes ou geridas por mulheres, quando não moram sós. Netos e filhos residem com as avós. O pai de *Ego*, assim como os quatro filhos do seu segundo casamento, embora more na Rocinha, “vive na Cruzada”, domínio de sua ascendência materna. O mais importante em todo esse esquema de relacionamento é a separação entre o grupo familiar materno e o paterno. No grau dos avós, sejam pais da mãe ou do pai, *Ego* apresenta seus cognatos a partir da ascendência e descendência das *avós*, talvez porque a partir desta geração com a qual ainda se convive tenham sido elas as provedoras das gerações posteriores. Isto, no entanto, é apenas uma conjectura, ainda que plausível.<sup>9</sup>

A partir dessa breve exposição do parentesco, dos laços de compadrio e do acolhimento de pessoas (jovens ou idosas, “nascidas e criadas” no conjunto ou imigrantes recém-chegados) nos apartamentos da Cruzada, é que ali, do mesmo modo como em Tikopia, “ninguém fica sem parente”.<sup>10</sup> Ser afeiçoado moralmente, seja através do acolhimento esporádico ou constante, por pessoas (sobretudo mulheres, chefes de família) reconhecidas pela comunidade de vizinhos, pode ser muitas vezes determinante para a vida pública do novo morador.

Entre os moradores da Cruzada, é possível notar a significância dessa espécie de matrilinearidade. O fenômeno é sensível em muitas outras localidades ditas de “baixa renda”, mas enveredar por essa pista significa esvaziar o seu conteúdo local, pois, conforme dizia Firth e, depois dele, Clifford Geertz, “como sempre, o contexto é suficiente para dar o sentido” (*idem*: 356) que de fato interessa, especialmente ao etnógrafo.

### 3 SOCIABILIDADE FEMININA

*Sociabilidade*, conforme a definição de Simmel, é a *forma lúdica da socição*, que, por sua vez, é a “forma pela qual os indivíduos se agrupam em unidades que satisfazem seus interesses”. A importância das interações que ganham a forma *sociativa* reside no fato de que elas conduzem o homem a viver com outros homens, agir por eles, com eles, contra eles, organizando, deste modo, de maneira recíproca, as condições necessárias *para que ele influencie os outros e seja por eles também influenciado* (Simmel, 1983).

É importante, ainda, esclarecer que *lúdico*, na língua portuguesa, é algo “que se faz por gosto, sem outro objetivo que o próprio prazer de fazê-lo”. O antepositivo “lud(i)-”, possui como acepções possíveis a noção de “jogo”, “divertimento”, “recreação”, “recreio, folga”; mas também “joguete”, “insulto”, “zombaria”, “ultraje”. Supõe “divertir-se”, “gracejar”, “fazer festa”; ou, em outro sentido, “jogar com”, “fazer conluio”, “ludibriar”. Todas essas acepções são contempladas pelo inglês *to play*: “representar”, “brincar”, “jogar”.

“Sociabilidade”, como figura em dicionários da língua portuguesa, é, por sua vez, uma “característica do que é sociável”, um “prazer de levar a vida em comum”, uma “inclinação a viver em companhia de outros”, uma “aptidão para viver em sociedade”, uma “socialidade”. O antepositivo “soci-”, presente em todos esses



termos, significa “que acompanha”, possuindo também, como acepção, as ideias de “aliado” e de “companheiro”.

O que importa para os nossos propósitos, entretanto, é ressaltar o caráter fundamental e estratégico dos vínculos, constantes ou efêmeros, do *estar juntos* para este conjunto de mulheres que têm em comum alguns papéis sociais, a condição de serem migrantes (que um dia chegaram ao Rio de Janeiro, indo morar na favela da Praia do Pinto) ou filhas de migrantes e o endereço.<sup>11</sup>

Portanto, chamo de *sociabilidade feminina* o tipo de sociação, de interação cotidiana, que tem lugar nos apartamentos – sobretudo nas cozinhas, ou seja, no domínio da casa, da domesticidade, do *foyer* proeminentemente regido pelas mulheres – e através da qual se transmite e se adquire uma série de *medidas* fundamentais para a exposição adequada de si no mundo exterior – a partir da perspectiva *das mulheres*. Ressalto, desde já, que o tópico que permeia e amalgama esta sociabilidade é, contudo, a *convivência*. Para fins estatísticos, convém ainda dizer que oito dos dez prédios do conjunto são administrados por *síndicas* e que a Associação de Moradores foi, até início de 2009, presidida por uma mulher, apoiada pela chapa “Mulheres em Ação”. Além disso, 59,35% das famílias residentes na Cruzada São Sebastião são chefiadas pelas mulheres, enquanto 40,65% o são pelos homens.<sup>12</sup> Ou seja, um número considerável de conflitos coletivos e domésticos é administrado por mulheres.

O acesso, entretanto, a esse tipo de sociabilidade que qualifico de feminina é franqueado pela cozinha, esse lugar, por excelência, do *fazer*. Mas, “de um fazer repetitivo, banal”, como assinala Sefarty-Garzon (2003). São estas qualidades de um fazer constante, justamente, as que fazem da cozinha uma oficina que em nada deve àquela do alquimista. Ambas são da ordem da transformação. Do cru e do cozido, do estranho e do hóspede, do prescrito e do interdito, do sujo e do limpo, da pedra filosofal para se converter algo ordinário em objeto de grande valor. A cozinha, recinto de entrada cotidiana das casas ocidentais, opõe o estado de natureza ao estado de cultura. E, se nela se elabora o alimento, elaboram-se, também, nesse local marcado pela oralidade, as soluções para os problemas da vida e da alma. Na língua portuguesa, o próprio verbo comer advém da ideia de *comensalidade* (*com + edêre*), que, por sua vez, implica o hábito de *frequentar a casa de e comer junto com* aqueles que nela habitam.

Comer junto, conversar. “A cozinha é o lugar desse duplo prazer, lugar dessa oralidade que toma inúmeras formas e se exprime de maneira irreduzível através dos múltiplos e minúsculos imperativos do gosto pessoal, do estilo próprio de fazer a cozinha, de comer e de falar” (*ibid.*: 171). O balé de gestos, encenado por quem se ocupa da preparação do alimento na cozinha, levanta odores e sabores. Ao seu redor, uma melopeia convidativa se precipita diante do recém-chegado, envolvendo-o de modo sutil nessa *hospitalidade* tão significativa de uma casa, composta de dimensões sensíveis ao olfato, ao paladar e ao tato, todos esses sentidos frequentemente eclipsados pelo império da visão.

Como que desprovido de uma face visível, pública, o tipo de trabalho que se exerce na cozinha para a manutenção dos corpos da família “parece cair fora do campo de uma produtividade visível, valorizável” (Giard, 1980).

Mas as mulheres para cujas casas se dirigem outras mulheres têm ou já tiveram a oportunidade de mostrar, publicamente, algumas de suas qualidades, especialmente as morais. São síndicas, “barraqueiras”,<sup>13</sup> atuam em frentes coletivas, dirigindo a Associação de Moradores da Cruzada, o Conselho de Síndicos, o Clube das Mães; criaram a creche e outras associações políticas, esportivas ou sociais no conjunto; ocupam-se com o próximo e com o bem comum<sup>14</sup> e são chamadas pelos demais moradores de “fundadoras”, categoria local para a ideia de “velha guarda”. Aqui, porém, trata-se de uma categoria flexionada no gênero feminino. São mulheres; mães, sobretudo, que vieram removidas da favela da Praia do Pinto para os apartamentos da Cruzada São Sebastião – conjunto que, ao contrário do que ocorre com as favelas, tem uma data precisa de *fundação* – e que, hoje, são uma espécie de relicário dessa experiência única e original que a Cruzada São Sebastião proporcionou aos favelados da ex-capital federal. São, enfim, pessoas que guardam uma memória coletiva e que estabeleceram localmente uma identidade pública da qual emana o seu poder e autoridade.

Soninha é “barraqueira” e mora no primeiro bloco da Cruzada São Sebastião, onde ficam os apartamentos menores, conjugados. Ali, o único cômodo congrega inúmeras atividades femininas em um mesmo momento. Nesse gineceu vespertino, suas parentes, amigas e vizinhas se reúnem para a realização das tarefas. Se Soninha precisa aplicar a henna nos cabelos, sua irmã, que mora no bloco 3, é quem vem lhe aplicar o produto. Munida de luvas e pincel, forra o chão com jornal de

modo a preservar o piso claro dos respingos negros. A amiga Daisy, moradora do bloco 2, nesse momento, prepara-lhe a comida e, entre um tempo e outro de cocção, vai até o térreo levar ou trazer contas para pagar. A irmã sai para o trabalho e uma vizinha chega para substituí-la, trazendo consigo outro produto para finalizar o tratamento dos cabelos de Soninha.

Nesse intervalo, ela pega o celular e telefona para o filho. Quer saber se ele está com todos os seus documentos. Na ocasião, explica que sempre lhe faz a mesma pergunta, pois tem consciência de que na cidade em alerta, como anda o Rio de Janeiro, “a cor é um problema”. A discriminação que podem vir a sofrer encontra-se intrinsecamente associada ao contexto urbano específico em que vivem.

Em outra vez, quando não carecia de cuidados com a estética, as amigas presentes em sua casa apenas apreciavam a conversa e a cerveja gelada. Passamos a tarde na prosa, sem outro serviço que pudesse ausentar uma das convivas, ainda que por alguns instantes. As idades variavam entre 18 e 56 anos. Mas a tópica afirmada e reafirmada concernia ao universo feminino. Ou melhor, ao universo do cuidado feminino: era a família, filhos, maridos, namorados, afetos, convivências possíveis, impossíveis, problemáticas. Tudo sempre entremeado por palavras de estímulo, esperança, “as coisas hão de se resolver”.

Na casa de Dona Teresa, moradora e ex-síndica do bloco 9, soube que sua nora havia perdido a mãe. O desconsolo era ainda maior, pois a nora não morava mais na Cruzada. Há pouco tempo mudara-se com o marido, filho de Teresa, para a Zona Oeste da cidade, lugar distante e que ainda hoje sofre com a restrição de horários dos transportes. “Quem é que vai cuidar dela? Não tem ninguém por perto nem para lhe fazer um mingau! Ela precisa de alguém que cuide dela nessa hora, ela não pode deixar de comer. Tem que comer!”

Especialmente durante um momento de fragilidade, alimentar alguém é *persuadir* esse alguém. É “ter um olho no padre e outro na missa”, “um no sacristão, outro na sacristia”, como diz Dona Teresa. Ou seja, é transportá-lo, por meio das palavras, a um momento futuro e luminoso, fazê-lo perceber que um momento é diferente do outro, tudo acaba, tudo se transforma, enfim, entretê-lo e seduzi-lo com a *esperança* enquanto se mantém os olhos atentos ao ato daquele que necessita de cuidados. Há momentos como este, em especial, em que comer depende praticamente da conversa. Pressupõe, portanto, um que fale para um outro que escute.

Em seu apartamento no bloco 6, Danusa, senhora muito ativa, vendedora de cosméticos, recebe a jovem desiludida. Descobriu recentemente uma amante do marido. A cada novo dia ela traz novidades sobre o sentimento perturbado que a move ultimamente. Conta o que fez, o que procurou, o quanto se expôs, o que ainda vai fazer “se...”. A cozinha da senhora vendedora de cosméticos transforma-se ora em uma espécie de confessionário – a moça lhe conta atitudes que ela mesma condena, e se arrepende –, ora em consultório psicanalítico – em sua narrativa, ela tenta elaborar o que se passou e mobilizar a ouvinte na tentativa de, juntas, encontrarem uma solução. Nesse depósito de palavras expurgadas a dona da casa, enfim, cumpre a função de acompanhar, através do relato, cada passo dado pela jovem martirizada pela dor da traição.

As mulheres mais jovens ou que têm a vida sexual ativa são as que alimentam essa sociabilidade com suas narrativas. Seus dramas são “material de trabalho” e serão interpretados durante o preparo da comida ou do café. A anfitriã, em torno da qual essas rodas se formam, é portadora da palavra central e mestre na arte do contraponto. As idosas da audiência, vizinhas e comadres vez por outra presentes, em geral, aquietadas pelo tempo de vida, ouvem e manifestam o que pensam a respeito, esboçando-o pelo movimento da face. Sobrancelhas sobem e descem, os olhos arregalam, procuram outros olhos cúmplices, a boca se estica ou se comprime. Dependendo da narrativa do dia e da variedade etária das que acompanharão a história, uma cozinha se transforma em um manancial de sensibilidade histriônica. É o momento ideal para se adquirir conhecimento sobre a moral, a crítica, a ética, o clímax e outros parâmetros da gramática dos sentimentos, e também sobre as fisionomias que constituem modos de enunciação das inúmeras gradações entre o acordo e o desacordo a respeito do que se conta.

Viria dessa forma de socialização na vida moral o sentido profundo da voz passiva “ser nascido e criado”, expressão com que, comumente, moradores do conjunto se apresentam quando pretendem realçar certas qualidades morais?

A hospitalidade que encontramos nessa sociabilidade feminina equivale, em uma dada proporção, àquela caracterizada pelo trabalho dos terapeutas da Alexandria multicultural de Fílon. Contemporâneo de Cristo, esse judeu hermeneuta das Escrituras, junto com o seu grupo, trabalhava pela saúde do corpo e da alma e, assim, pela “salvação e cura do Ser”.

*Soteria*, palavra grega que exprime tanto saúde quanto salvação, se faz possível, segundo os terapeutas, através do dom da *escuta* e do domínio da *palavra*. Ela, a palavra, é a chave para a interpretação da condição humana.

Fílon, enraizado na tradição judaica, mas inteiramente aberto à contribuição estética e filosófica dos gregos, entendia que “o homem está condenado a interpretar” (Leloup, 2004). E é nisso, exatamente, que reside a sua liberdade. Interpretar é o jogo levado a sério pelos hermeneutas; o exercício necessário para conduzir a vida da melhor – ou pior – maneira possível.

O terapeuta não cura. Ele *cuida*. É na figura do cozinheiro e do tecelão que, em *Górgias*, Platão qualifica o *therapeutes somatos*, aquele que “cuida do corpo”. *Therapeutes* possui, de fato, dois sentidos fundamentais: “servir, cuidar, render culto” e “tratar, sarar” (*ibid.*: 24). O corpo é cuidado quando a alma, divindade que o habita, é bem cuidada, quer dizer, “cercada de um culto sincero” que a mantenha protegida das imagens e das palavras (*logoi*) que possam lhe fazer adoecer. O terapeuta é quem cuida da *ética*, isto é, quem zela pela direção do desejo a fim de ajustá-lo para um fim adequado ao ser que se encontra desorientado em suas paixões e apegado a uma ideia (Fílon *apud* Leloup, 2004: 36).

As mulheres em torno das quais se organiza a sociabilidade feminina na Cruzada São Sebastião cumprem um papel semelhante. São hermeneutas da convivência nesse justo sentido: ao escutarem os pequenos dramas cotidianos das que as visitam e colocarem em circulação, na oralidade praticada em suas cozinhas, suas *medidas* a propósito de cada tema, elas as conduzem à apreciação de um novo quadro diferente daquele presente, motivo de suas angústias e inquietações.

Como ensina Platão, a quem Fílon apreciava, o terapeuta não cura – ele cuida. Saber ouvir é cuidar da palavra. E sobre isso é importante lembrar a observação feita por Rebeca, senhora romena, que há alguns anos mora na Cruzada e é vizinha de Dona Teresa: “Minha vida aqui dentro mudou muito quando *aprendi a ouvir* o que Teresa me dizia”.

#### **4 MIGRAÇÃO E ADAPTAÇÃO: DUAS TÓPICAS INCONTORNÁVEIS PARA UMA ETNOPSQUIATRIA**

Em um estudo publicado em 1996, Ferreira (1996, *apud* Prado, 1998) constatou que no Rio de Janeiro grande parte das internações psiquiátricas se davam com

pacientes migrantes, que sofriam a perda de seus referenciais culturais e que passavam por um processo particularmente adverso e agressivo de aculturação, levando-os muitas vezes a descompensações psicóticas. Então, corriam o risco de se verem “psiquiatrizados”, já que sua situação existencial carecia de compreensão e eram desconsiderados seus valores culturais em choque com a cultura na qual estavam inseridos e que tendia a desqualificá-los e denegri-los, fazendo com que a perda de referenciais identificatórios valorizados se acentuasse ainda mais.

Em 1979, na França, o Serviço de Psicopatologia do Hospital Avicenne de Bobigny passou a oferecer uma terapia nova, chamada, então, de etnopsiquiatria.<sup>15</sup> Seus pacientes eram, em sua grande maioria, originários do Magrebe, da África e das Antilhas, e sofriam as dificuldades de adaptação sem responderem positivamente ao tratamento terapêutico tradicional.

Esta nova abordagem terapêutica, segundo Prado, passou a ressaltar “o valor dos recursos terapêuticos das sociedades ditas tradicionais” (Prado, 1998: 121), considerando, como um de seus enunciados teóricos fundamentais, que “a psicoterapia, em senso estrito, não existe” (*ibid.*: 122). Seguindo o mesmo pressuposto dos terapeutas contemporâneos de Fílon, habitantes da Alexandria multicultural da era cristã, o que existe são, pois, “autoterapias suscetíveis de serem deslanchadas por ‘indutores’ ou ‘operadores’” (*ibidem*), o que, enfim, traz à luz a importância da *interação terapêutica* e, com ela, modificações técnicas consideráveis no modo de acolhimento dos pacientes.

O atendimento etnopsiquiátrico é feito em grupo “de diferentes origens culturais”, como sublinha Prado, mas todos profissionais: “médicos, psiquiatras, psicólogos, antropólogos, assistentes sociais e/ou outros profissionais que por alguma razão estejam envolvidos com o caso” (*ibid.*: 123). No entanto, a autora assinala que deste grupo devem participar pessoas que partilham do mesmo grupo étnico do paciente ou que conheçam o seu contexto de vida cotidiana, ou seja, as grandes expectativas, as rupturas e os confrontos de valores próprios da experiência de migração e, por conseguinte, de *adaptação* (*ibid.*: 126).

Prado observou ainda, em sua experiência em etnopsiquiatria no contexto urbano carioca, que o atendimento funcionava até o momento de se propor uma prescrição. A partir daí os pacientes abandonavam a consulta. Isso a levou a considerar que as prescrições não se mostravam convincentes, pois condensariam “no imediato de sua representatividade a ambiguidade do processo transferencial” (*ibid.*: 127). A narrativa do paciente e seu modo de interagir com o terapeuta seriam, por

assim dizer, *interrompidos* por uma prescrição. Esta antecipação, partindo do terapeuta, jogaria por terra a eficácia terapêutica, que é, fundamentalmente, a “capacidade de contatar e de dar sentido às vivências, psíquicas e culturais, deslanchando a possibilidade de *elaboração*” (*ibid.*: 129) do vivido pelo próprio paciente, através de suas narrativas.

Quando Dona Teresa veio para o Rio de Janeiro, com apenas 14 anos, em 1952, os sintomas que sentiu tão logo veio morar na favela da Praia do Pinto foram diagnosticados por um médico como depressão. Até hoje, quando discorre sobre sua chegada ao Rio de Janeiro, vindo de Guaraciaba, interior do Ceará, Dona Teresa contrapõe a lama que encontrou na favela da Praia do Pinto com o terreirão bem varrido e arejado à sombra de árvores frutíferas de sua casa cearense.

A romena Rebeca, por sua vez, não partilha de um passado vivido na favela da Praia do Pinto, lugar de onde vieram a maior parte dos moradores dos prédios da Cruzada São Sebastião do Leblon. Mas, como muitos de seus vizinhos, encontrou em um núcleo residencial dito “de baixa renda” a possibilidade de morar na cidade, sobretudo em um bairro bem equipado e, portanto, valorizado, após empreender uma viagem migratória igualmente provida de muitas vicissitudes e adversidades. Rebeca hoje está com 61 anos e chama algumas senhoras da Cruzada pelo apelido carinhoso de “mãezinha”. Estas senhoras, segundo conta, a ajudaram a adaptar-se no conjunto, “inclusive dando conselhos”. Antes de ir morar na Cruzada, Rebeca morou em um conjunto residencial vizinho – o “Conjunto dos Jornalistas” –, mas, embora contemporâneo daquele construído pela Igreja, o Jornalistas, como hoje é chamado, foi erguido com os fundos de um dos Institutos de Aposentadoria e Pensões (IAPs)<sup>16</sup> que beneficiavam categorias profissionais. A mudança do Jornalistas para a Cruzada transformou a sua vida de maneira incomensurável. Muitas de suas clientes – Rebeca é esteticista e cabeleireira – recusaram-se a entrar em seu novo local de moradia. Na Cruzada, muitas suspeitas recaíram sobre a mulher que “desceu” do Jornalistas para a Cruzada. A estrangeira se viu ainda mais só, sem os filhos, sem o marido e, por fim, sem as clientes. Por isso o termo “mãezinha”, já que com essas protetoras aprendeu “a observar mais do que se expor em conversas na rua”.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Essa vai ser difícil consertar.” Com tal observação Dona Teresa surpreendeu a etnógrafa, que já vinha elaborando o presente texto, durante uma conversa certa tarde em sua cozinha, a respeito da moça, proveniente de Goiânia, há meses acolhida em sua casa. A moça trabalhava como empregada doméstica em um dos prédios do entorno e, por indicação de outras mulheres, voltou a procurar Dona Teresa, pedindo-lhe acolhimento. Estava com sérios problemas relacionados a bebida, e há pouco havia sido dispensada do serviço pela namorada do seu patrão.

O *acolhimento* de mulheres, feito por outras mulheres em torno das quais – e em cujas cozinhas – esse tipo de sociabilidade se constitui, aparecia mais uma vez como um procedimento bastante difundido entre as populações urbanas “de baixa renda”.<sup>17</sup> E isso por diversas razões que são comumente atribuídas (e reduzidas) a uma mera necessidade de ajuda mútua na prestação de serviços domésticos. A pesquisa empírica, no entanto, nos mostra que este tipo de acolhimento feminino, que, conforme vimos, ocorre sobretudo nas cozinhas desse conjunto habitacional, possui a dimensão de uma *propedêutica*, de uma instrução, de uma preparação para a plena compreensão, neste caso, dos meandros da vida social local.

Assim, este acolhimento, seja por momentos breves de conversa, seja por uma frequência de coabitação no mesmo espaço doméstico por dias ou até mesmo meses, revela-se plenamente na sociabilidade da cozinha. Esta é, ela mesma, uma técnica, um método, um modo de proceder que define, através desse contar e ouvir histórias privadas em ambiente privado, quais são os problemas, os papéis e os comportamentos observados pelas mulheres e, com eles, os sintomas que podem anunciar os desdobramentos positivos ou negativos de cada caso narrado.

Talvez seja importante também considerarmos o significado mesmo da palavra *acolher*, aludindo a “refúgio”, “proteção” e “conforto” físico e moral (Cf. Houaiss). Além disso, seu antepositivo, cuja origem está no verbo latino *lego*, possui como derivados *colligo*, de onde provém o verbo *acolher*, mas também o verbo *escolher* e o substantivo *cole(c)tivo*; e *diligo*, que significa “amar com escolha”, “considerar”, “honrar”, “gostar”; enfim, *dileção*, *diligência*. Todas essas noções sustentam uma identificação entre essas pessoas que exercem funções semelhantes no âmbito da vida doméstica, mas também no espaço social e moral da vida comu-



nitária que partilham enquanto habitantes do mesmo conjunto habitacional, ou da mesma *vizinhança*.

Outro fator relevante é que todas essas mulheres que conhecemos, e que acolhem outras em suas casas, são devotas de alguma fé e frequentam igrejas – majoritariamente a católica. O viés através do qual se interpretam as narrativas veiculadas nas cozinhas, com isso, não é isento da lógica regida pelos credos. Daí a ideia de “cura”, ou de *restabelecimento*, ou *restauração* de um fluxo de vida interrompido ou impedido pelos problemas identificados ou redefinidos pela prática narrativa em curso nesses encontros privados.

Ao recorrerem às casas dessas mulheres, cuja capacidade interpretativa se legitima de várias maneiras, especialmente pelos papéis que têm a oportunidade de desempenhar publicamente no âmbito da comunidade, aquelas que a elas recorrem afligidas por problemas financeiros, afetivos, instabilidade na família e, nesse aspecto, pelas hesitações experimentadas na educação dos filhos, acreditam na eficácia terapêutica da conversa, mas de um tipo de conversa cujo interlocutor é pessoa em quem se *confia*. E se, como dissemos, a fé é elemento presente, sugerimos que nos casos que pudemos observar ela é um dos fatores determinantes mais proeminentes, para essas hermeneutas da convivência, na prescrição de medidas a serem tomadas.

Emoções são antes experiências do que objetos próprios e delimitados, como William James propôs compreendê-las. São fluxos que nos arrebatam e nos unem em um mundo social no qual existimos. O tratamento dos anseios femininos, definidos em um contexto social e urbano preciso, através de uma sociabilidade levada a termo em âmbito privado e doméstico é, em última análise, um modo de administrar problemas coletivos, até mesmo públicos, de uma perspectiva particularíssima preservada nos exíguos quatro ou cinco metros quadrados das cozinhas dos apartamentos de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGUSTO, Cláudio de Farias. *Federalismo republicano e políticas sociais: O caso da habitação social no Brasil pós-64*. Tese defendida no Programa de Pós-graduação em Engenharia da UFRJ. Rio de Janeiro: COPPE/UFRJ, 1996, 377 p.

BARROS, José Flávio Pessoa de (org.). *Terapêuticas e culturas*. Rio de Janeiro: UERJ, INTERCON, 1998.

BONDUKI, Nabil. *Origens da habitação social no Brasil – Arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da casa própria*. São Paulo: Estação Liberdade/FAPESP, 1998, 344 p.

BOURGINE, Benoit de. *L'herméneutique théologique de Karl Barth: Exegese et dogmatique*. Peeters Publishers, 2003, 548 p.

FIRTH, Raymond. *Nós, os Tikopias – Um Estudo Sociológico do Parentesco na Polinésia Primitiva*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998, 756 p.

GIARD, Luce. “Faire-la-cuisine.” In: GIARD, Luce & MAYOL, Pierre. *L'Invention du quotidien – habiter, cuisiner*. Paris: Union Generale d'Éditions, 1980, p. 149-234.

HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Albin Michel, 1994, 367 p.

LELOUP, Jean-Yves. *Cuidar do Ser: Fílon e os terapeutas de Alexandria*. Petrópolis: Editora Vozes, 2004, 9ª edição.

MASCARENHAS, Ilza. *Escola pública e moradia: O cotidiano dos moradores da Cruzada São Sebastião do Leblon – um conjunto habitacional localizado em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Dissertação de Mestrado defendida no PPGACP/ ICHF-UFF. Niterói, 2005, 115 p.

MELLO, Marco Antonio da Silva & VOGEL, Arno. *Verdade e narrativa: A Filosofia das histórias e a contribuição de Wilhelm Schapp para a questão da narrativa e fundamentação de direitos*. Comunicação apresentada no VI Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais, Universidade do Porto, Portugal. Setembro de 2000.

\_\_\_\_\_. “Um Tangolomango para Aristóteles. Ou vida e morte no limiar da Lagoa.” Rio de Janeiro: *Revista Comum*, Botafogo: Faculdades Integradas Hélio Alonso, v. 9, n. 22, p. 156-172, Papel. jan./jun. 2004.

NATHAN, Tobie. “Georges Devereux e a etnopsiquiatria clínica.” In: BARROS, José Flávio Pessoa de (org.). *Terapêuticas e culturas*. Rio de Janeiro: UERJ, INTERCON, 1998, p. 183-196.

PRADO, Maria do Carmo Cintra de Almeida. “Algumas considerações sobre experiências em etnopsiquiatria no Rio de Janeiro.” In: BARROS, José Flávio Pessoa de (org.). *Terapêuticas e culturas*. Rio de Janeiro: UERJ, INTERCON, 1998, p. 119-134.

RIBEIRO, Luiz César de Queiroz; CRUZ, Gisele dos Reis & MABERLA, Juliana Eleuze Carreira. *Proximidade territorial e distância social: reflexões sobre o efeito do lugar a partir de um enclave urbano – A Cruzada São Sebastião no Rio de Janeiro*. Artigo disponível em [http://www.observatoriodasmetrolopolises.ufrj.br/download/texto\\_lcqr\\_cruzada.pdf](http://www.observatoriodasmetrolopolises.ufrj.br/download/texto_lcqr_cruzada.pdf).

SEFARTY-GARZON, Perla. *Chez soi – Les territoires de l’intimité*. Paris: Armand Coulin, 2003 : 169, 255 p.

SIMÕES, Soraya Silveira. *Cruzada São Sebastião do Leblon: Uma etnografia da moradia e do cotidiano dos habitantes de um conjunto habitacional na Zona Sul do Rio de Janeiro*. Tese de doutorado defendida no PPGA/ICHF-UFF. Niterói: fevereiro 2008, 424 p.

SLOB, Bart. *Do barraco para o apartamento – A “humanização” e a “urbanização” de uma favela situada em um bairro nobre do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, 2002, Dissertação de Graduação, Museu Nacional, 173 p.

TORNQUIST, Carmen Susana & FRANZONI, Tereza Mara. “Saberes de cura: relatos sobre uma tensa interação entre saberes locais, saberes oficiais e pesquisa antropológica”. Florianópolis: UDESC, 2009.

## NOTAS

<sup>1</sup> Doutora em Antropologia e pesquisadora associada ao LeMetro/IFCS-UFRJ e ao CLERSÉ/Université de Lille 1.

<sup>2</sup> Uma primeira versão desse capítulo foi também publicado na Revista Comum n. 31, 2008-2009.

<sup>3</sup> Segundo dados do censo demográfico do IBGE, obtidos pelo Sistema Morei, do Instituto Pereira Passos, em 2000 a população do Leblon era de 46.670 habitantes distribuídos em 18.004 unidades residenciais, das quais 50% eram ocupadas por até duas pessoas e quase 60% de seus responsáveis ganhava mais de 15 salários mínimos. Além disso, cerca de 75% dos responsáveis possuíam curso superior e apenas 967 pessoas não eram alfabetizadas, sendo que 468 tinham entre cinco e nove anos. O apartamento, como já podemos supor, é a unidade residencial que predomina no bairro e em toda a Zona Sul da cidade. No Leblon são 17.447 unidades deste tipo, e, do total de domicílios, 12.320 são propriedade de seus residentes. A maior parte dos responsáveis por cada unidade domiciliar tem entre 40 e 69 anos, e o número daqueles com mais de 70 anos é superior aos que estão entre os 20 e 39 anos. Neste universo, os 2.957

moradores da Cruzada São Sebastião representam uma população de baixa renda e de baixa escolaridade, constituída majoritariamente por jovens e negros, exercendo serviços de baixa qualificação e apresentando índices de até 60% de desemprego. Esses dados são apresentados em um artigo eletrônico por Ribeiro, Cruz e Maberla que se referem ainda à categoria “desocupação”, sem oferecerem, no entanto, maiores esclarecimentos sobre essa utilização. Já a amostragem feita pela CEHAB-RJ em 155 apartamentos (16% do total) indica que 39,56% dos moradores têm situação empregatícia com vínculos; 26,45% são aposentados e 11,61% intitulam-se donas de casa. As demais situações encontram-se dispersas. Ver Ribeiro *et alli* e Mascarenhas (2005).

<sup>4</sup> Ver especialmente *O Globo* do domingo, dia 13 de fevereiro de 2007, cuja manchete, supostamente comemorativa dos 50 anos do conjunto Cruzada São Sebastião, noticiava: “*Uma ilha que destoa na Zona Sul: Cruzada São Sebastião faz 50 anos com um problema: a dívida do IPTU pode levar 676 imóveis a leilão*”. Uma análise etnográfica do impacto dessas notícias está em Simões, 2008, sobretudo na terceira parte da tese.

<sup>5</sup> A pesquisa não define a distinção entre os grupos recreativos e culturais, mas, em uma conversa com o ex-presidente da Associação de Moradores, foram enumeradas as seguintes associações locais (esportivas, religiosas e sociais): o Clube da Malha; o Liverpool e o Grêmio, os dois times de futebol; o Grupo Evangélico da Cruzada; a ONG Vivendo em Graça; o Grupo de Senhoras e os extintos Clube das Mães e Bloco Carnavalesco Baba do Quiabo, além do Conselho de Síndicos e, é claro, a Associação de Moradores.

<sup>6</sup> Nos blocos 1, 2 e 3 da Cruzada ficam os apartamentos conjugados, de 18m<sup>2</sup>. Em relação aos outros sete blocos, constituídos por apartamentos de sala, um ou dois quartos, banheiro e cozinha, os três primeiros apresentam um grande número de locatários, e as pensões também funcionam majoritariamente em apartamentos alugados.

<sup>7</sup> A circulação de pessoas, sejam jovens ou idosas, na forma de “adoção”, é prática bastante difundida entre famílias vizinhas, residentes no conjunto. A trajetória residencial, da favela para os apartamentos, e a experiência partilhada durante o período de remoção de favelas se reúne, em parte, em torno de um mesmo acervo biográfico. Essa memória, e o acolhimento deste acervo na forma, também, das “adoções” de pessoas idosas, é parte da pesquisa de doutorado da autora. Ver Simões, 2008.

<sup>8</sup> Todos os moradores citados que habitam o bloco 7 residem no mesmo apartamento.

<sup>9</sup> Para uma análise mais completa dessas e de outras genealogias de moradores do conjunto, ver Simões, 2008.

<sup>10</sup> Firth, em sua monumental etnografia *Nós, os tikopia*, trata das categorias locais utilizadas para a incorporação de homens e mulheres dentro da nomenclatura de consanguinidade e considera que esse tipo de mecanismo terminológico, que “não permite que o parentesco fique vago, mas o mantém nítido e preciso”, expressa, sobretudo, que as pessoas não são “*apenas parentes* umas das outras, não importa quão distantes sejam; são sempre uma espécie definida de parente, pronto a assumir as funções recíprocas apropriadas com os outros, em respeito a seu parente comum” (1998: 354). *Tamana*, por exemplo, referia-se não só ao pai e a seus irmãos masculinos, mas também ao marido da irmã do pai. *Tinana*, por sua vez, destinava-se a contemplar o parentesco com a esposa do irmão da mãe, ou seja, a mulher do tio paterno, e com a mãe e as irmãs dela.

<sup>11</sup> O emblemático conjunto habitacional Cruzada São Sebastião, construído nos anos 1950 para abrigar moradores da favela, bode expiatório dos bairros *chics* da Zona Sul do Rio de Janeiro. O drama social engendrado pelos processos de urbanização e a sociabilidade cultivada entre mulheres residentes nessas localidades visadas pela especulação imobiliária e pelo planejamento urbano são também elementos que o leitor encontra no artigo de Tornquist e Franzoni (2009, neste volume).

<sup>12</sup> Do mesmo modo, grande parte dos “barraqueiros” (ou seja, das pessoas que vendem comida e bebida na rua do conjunto ou nos *halls* de entrada dos prédios) são mulheres, e igualmente o

número de olhos que se voltam das janelas para a rua e para os corredores também são femininos.

<sup>13</sup> Ver nota 12.

<sup>14</sup> No livro *Les Sens du Public*, M. Leclerc-Olive faz a distinção entre o “bem comum”, que seria uma propriedade partilhada por grupos determinados e exclusivos, e o “bem público”, que seriam bens inapropriáveis, inalienáveis e imprescritíveis. (ver Cefai & Pasquier, 2003: 31).

<sup>15</sup> George Devereux foi quem desenvolveu os fundamentos desta abordagem terapêutica. Sobre isso, ver Nathan, 1998.

<sup>16</sup> Institutos esses criados por Getúlio Vargas. Sobre os IAPs, ver especialmente Augusto, 1996, e Bonduki, 1998.

<sup>17</sup> O importante estudo *Aspectos Humanos da Favela Carioca*, realizado pela equipe de SAGMACS e publicado no jornal *O Estado de S. Paulo*, em 10 e 13 de abril de 1960, foi o primeiro estudo a considerar esse tipo de filiação doméstica nas favelas cariocas como um fenômeno sociológico. Antes dele, somente as fichas preenchidas pelas assistentes sociais ligadas às instituições católicas, como a Fundação Leão XIII, prestadoras de serviços aos moradores de favelas, sobretudo a partir dos anos 1940 até final dos anos 1950, apresentam dados detalhados a respeito desse tipo de acolhimento, porém tratando-os pelo viés de uma “desorganização social”. Cf. a respeito, sobretudo Simões, 2008 e Slob, 2002.